



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA

Protocolo nº 1964

Em 04 / 06 / 24

Sergento
EXPEDIENTE

Ofício nº 1766/2024/SG

Juiz de Fora, 03 de junho de 2024

Exmº. Sr.
José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal
36016-000 - Juiz de Fora - MG

Referência: Ofício nº 903/2024
Pedido de Informação nº 43/2024
De Autoria do Vereador Sargento Mello Casal

Assunto: Informações (presta)

Senhor Presidente,

Em atendimento ao pedido de Informação nº 43/2024, de autoria do Exmo. Sr. Vereador Sargento Mello Casal, encaminhamos a presente resposta acerca da solicitação, cujo parecer emitido pela Secretaria de Saúde (SS), encontra-se anexo a este ofício.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários, oportunidade em que renovamos os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

MARIA MARGARIDA
MARTINS
SALOMAO:13521039
668

Assinado de forma digital por
MARIA MARGARIDA MARTINS
SALOMAO:13521039668
Dados: 2024.06.03 17:12:19
-03'00'

Margarida Salomão
Prefeita

Secretaria de Governo

Av. Brasil, 2001 / 9º andar - Centro - CEP: 36060-010 - Juiz de Fora - MG Tel: (32) 3690- 7731 - Fax: (32) 3690 - 7719 - sg@pjf.mg.gov.br

Memorando nº 142/2024/SS/Gabinete

Juiz de Fora, 16 de Maio de 2024

De: Mirelly Vasconcelos Cardoso
Secretária de Saúde em Substituição

Para: Margarida Salomão
Prefeita Municipal

Referência: Pedido de Informação nº 43/2024/CMJF – Vereador Sargento Mello Casal.

Ex.mª Sr.ª Prefeita,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos, pelo presente, manifestar-nos sobre o pleito do Pedido de Informação nº 43/2024/CMJF, em atendimento à prévia requisição da Secretaria de Governo. Nesse diapasão, respondemos, a seguir, os questionamentos formulados pelo Nobre Vereador Sargento Mello Casal:

1. *“Que sejam solicitadas a Exma. Sra. Prefeita Municipal informações através do secretário de Saúde, especificando o montante de recursos que será cortado do orçamento da pasta de saúde e quais setores serão afetados com os cortes e para onde será destinados os recursos retirados da saúde?”*

Conforme Lei nº 14.785/2023 que estima as receitas e fixa as despesas do Município de Juiz de Fora para o Exercício Financeiro de 2024, os montantes destinados para a Secretaria de Saúde são superiores a 2023.

2. *“Elencar o resultado do superávit apurado no exercício de 2022, resultado do superavit apurado no exercício de 2023 e no geral e os recursos exclusivos do tesouro municipal.”*

Não é possível fazer o recorte de superávit exclusivo de tesouro municipal aplicado à Saúde, dessa forma segue abaixo todo o superávit apurado, no período requisitado.

Fonte	Ano 2022	Ano 2023
Todas as fontes	R\$ 218.369.491,96	R\$ 289.538.358,88

3. *“Houve qual percentual de aumento da receita?”*

Conforme quadro abaixo, houve um aumento de 22,997%.

Secretaria de Saúde			
Unidade Gestora (UG)	Receita em 2022	Receita em 2023	% de aumento
Secretaria de Saúde	R\$ 518.315.539,73	R\$ 637.512.583,77	22,997



4. "Houve redução na despesa de 2023 em relação a 2022? se sim, em quais áreas? Discriminar."

Não houve redução de despesa, mas um aumento de aproximadamente 13%, conforme quadro abaixo.

Secretaria de Saúde			
Unidade Gestora (UG)	Valor empenhado – Ano 2022	Valor empenhado – Ano 2023	% de aumento
Secretaria de Saúde	R\$ 450.567.202,26	R\$ 508.231.307,77	12,79811
Todas UGs (incluindo descentralizadas)	R\$ 773.477.390,01	R\$ 872.826.579,87	12,84449

5. "Quais as economias foram realizadas na área da saúde e da educação, nos últimos dois exercícios de maneira separada?"

Conforme informado na questão 4, houve um aumento nas despesas totais em Saúde, na comparação entre 2022 e 2023.

6. "Podemos verificar que em 2022 foi aplicado em saúde, conforme emenda constitucional 29 em torno de 30% de recursos municipais (do tesouro), em 2023 houve uma redução na aplicação dos recursos do tesouro em torno de 5%. Quais medidas foram tomadas para justificar esta redução? Houve aumento da receita que justificasse a queda do percentual?"

Conforme informado nas questões 3 e 4, houve um aumento nas receitas e despesas totais em Saúde, no comparativo entre 2022 e 2023, apesar do menor percentual de recursos próprios aplicados que mantiveram-se acima do percentual de recursos mínimos a serem aplicados em Saúde, exigidos constitucionalmente aos Municípios.

7. "O total das despesas do município caiu em torno de 30 milhões, quais áreas específicas da saúde foram afetadas com essa redução? Que tipo de despesa foi reduzida?"

Conforme informado na questão 4, não houve redução nas despesas empenhadas, mas um aumento de aproximadamente 13% devido à reprogramação de recursos estaduais e federais repassados ao Fundo Municipal de Saúde.

8. "Discriminar qual o valor da despesa empenhada para assistência ambulatorial e hospitalar nos anos de 2022 e 2023."

Subfunção – 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Unidade Gestora (UG)	Valor empenhado – Ano 2022	Valor empenhado – Ano 2023
Secretaria de Saúde	394.720.885,12	447.154.419,46
Todas UGs (incluindo descentralizadas)	538.352.251,85	602.092.566,00



9. "O município vêm cumprindo a contrapartida da assistência farmacêutica?"

Sim. Conforme a Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017, que define as responsabilidades e o financiamento da gestão do componente básico da Assistência Farmacêutica constantes dos anexos I da RENAME e Resolução SES MG 7988/2022, o Município deverá aplicar no mínimo R\$2,36 por habitante ano.

Ano	Empenhado
2022	2.647.292,92
2023	1.479.752,07

10. "O conselho Municipal de Saúde esta ciente dos cortes que ocorreram nos anos anteriores desta administração e o corte que se pretende ser feito para o ano de 2024?"

Em cumprimento à Lei Complementar (LC) nº 141/2021, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 foi discutida e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução nº 593/2023, de 22 de novembro de 2023. Já a LOA de 2023 foi discutida e aprovada pelo mesmo órgão, conforme Resolução nº 565/2022, de 28 de setembro de 2022.

11. "O Conselho Municipal de Saúde participou opinando na decisão de executar cortes na área da saúde? Se sim encaminhar cópia das atas das reuniões em que o Conselho citado participou."

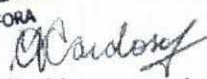
Em cumprimento à LC nº 141/2021, a LOA de 2024 foi discutida e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução nº 593/2023, de 22 de novembro de 2023. Já a LOA de 2023 foi discutida e aprovada pelo mesmo órgão, conforme Resolução nº 565/2022, de 28 de setembro de 2022. Encaminhamos anexas as cópias das atas.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores contribuições que se fizerem necessárias.

Despedimo-nos com apreço.

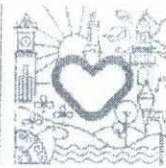
Atenciosamente,

Mirelly Vasconcelos Cardoso
SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA


Mirelly Vasconcelos Cardoso
Secretária de Saúde em Substituição

Juiz de Fora

Secretaria de Saúde



Memorando nº 002/2024/Sub. - Secretaria de Saúde/SS

Em 10 de maio de 2024

De: Subsecretaria de Administração e Financeira e Subsecretario de Planejamento, Gestão Integrada e Participativa/SS

Para: Assessora de Gabinete/SS

Referência: Pedido de Informação nº 000043/2024/CMJF

Assunto: Resposta

Em atendimento ao solicitado no pedido de informação nº 43/2024 da Câmara Municipal, apresentamos as informações requisitadas:

1. Conforme Lei n. 14.785/2023, que estima as receitas e fixa as despesas do Município de Juiz de Fora para o Exercício Financeiro de 2024, os montantes destinados para a Secretaria de Saúde são superiores à 2023.
2. Não é possível fazer o recorte de Superavit exclusivo de tesouro municipal aplicado a Saúde, desta forma segue abaixo todo o superávit apurado, no período requisitado.

Fonte	Ano 2022	Ano 2023
Todas as fontes	R\$ 218.369.491,96	R\$ 289.538.358,88

3. Conforme quadro abaixo, houve um aumento de 22,997% .

Secretaria de Saúde			
UG	Receita em 2022	Receita em 2023	% de aumento
102100	R\$ 518.315.539,73	R\$ 637.512.583,77	22,997

4. Não houve redução de despesa, mas sim, um aumento de aproximadamente 13% conforme quadro abaixo.

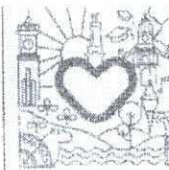
Secretaria de Saúde			
UG	Valor empenhado – Ano 2022	Valor empenhado – Ano 2023	% de aumento
102100	R\$ 450.567.202,26	R\$ 508.231.307,77	12,79811
Todas UGs (incluindo descentralizadas)	R\$ 773.477.390,01	R\$ 872.826.579,87	12,84449

5. Conforme informado na questão 04, houve um aumento nas despesas totais em saúde na comparação entre 2022 e 2023.

SR
D

Juiz de Fora

Secretaria de Saúde



6. Conforme informado nas questões 03 e 04, houve um aumento nas receitas e despesas totais em saúde no comparativo entre 2022 e 2023 apesar de o percentual menor de recursos próprios aplicados, que manteve-se acima do percentual de recursos mínimos a serem aplicados em saúde exigidos constitucionalmente aos Municípios.
7. Conforme informado na questão 04, não houve redução nas despesas, mas sim, um aumento de aproximadamente 13%, com a reprogramação de recursos estaduais e federais, repassados ao Fundo Municipal de saúde.
8. Discriminar qual o valor da despesa empenhada para assistência ambulatorial nos anos de 2022 e 2023.

Subfunção – 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
UG	Valor empenhado – Ano 2022	Valor empenhado – Ano 2023
102100	394.720.885,12	447.154.419,46
Todas UGs (incluindo descentralizadas)	538.352.251,85	602.092.566,00

9. Sim. Conforme a Portaria de Consolidação nº6 de 28/09/2017, que define as responsabilidades e o financiamento da gestão do componente básico da Assistência Farmacêutica constantes dos anexos I da RENAME e Resolução SES MG 7988/2022 o município deverá aplicar no mínimo R\$2,36 por habitante ano.

Ano	Empenhado
2022	2.647.292,92
2023	1.479.752,07

10. Em cumprimento a LC 141/2021, a LOA 2024 foi discutida e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde conforme Resolução n. 593/2023, de 22 de novembro de 2023. Já a LOA 2023 também mesma forma foi discutida e aprovada conforme Resolução n. 565/2022, de 28 de setembro de 2022.
11. Em cumprimento a LC 141/2021, a LOA 2024 foi discutida e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde conforme Resolução n. 593/2023, de 22 de novembro de 2023. Já a LOA 2023 também mesma forma foi discutida e aprovada conforme Resolução n. 565/2022, de 28 de setembro de 2022.

Sendo o que por ora, nos compete reportar, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que possam ser necessários.

Atenciosamente,

Liliana Ferreira Roberto

Subsecretária de Administração e Financeira – SSAF/SS

Rômulo de Castro Martins

Subsecretário de Planejamento, Gestão Integrada e Participativa – SSPGIP/SS

Secretaria de Saúde

Subsecretaria de Gestão Administrativa e Financeira – SSAF/Departamento de Suprimentos/DES
Rua Halfeld, 1400 - 2º andar - Centro - CEP: 36016-000 - Juiz de Fora-MG - Tel: (32) 3690-7490 FR



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS/JF NO DIA VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora, realizada nas dependências do CMS/JF, sito à Rua Batista de Oliveira, nº 239 – 4º andar/402 – Centro – Juiz de Fora–MG – CEP:36013-300, entre às 19:00 e 21:00, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, visando cumprir a pauta previamente definida pela Mesa Diretora do CMS/JF, qual seja: Item 1) Verificação do Quórum e abertura da reunião; 2) Discussão e deliberação das atas das reuniões anteriores; 3) Apresentação do fluxo de encaminhamento dos pacientes para os serviços credenciados nas modalidades de reabilitação: Física, Visual, Intelectual, Auditiva e Ostimizadas – Propositor – Junta Reguladora da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Juiz de Fora – Expositor – Junta Reguladora da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Juiz de Fora; 4) Apresentação de projetos em desenvolvimento pela SS-SSPGIP-DPAG – Propositor – SS-SSPGIP-DPAG – Expositor – Subsecretaria de Planejamento, Gestão Estratégica e Participativa; 5) Discussão e deliberação da Lei Orçamentária Anual de 2024 – LOA-2024 – Propositor – Secretaria Municipal de Saúde – Expositor-Secretaria Municipal de Saúde; 6) Leitura de: Expedientes, Comissões, Requerimentos, Moções, Indicações e Proposições. Compuseram a mesa a Presidente do CMS/JF – Regina Célia de Souza, o Primeiro Diretor de Organização e Secretário Municipal de Saúde – Ivan Charles Fonseca Chebli, a Segunda Secretária – Maria Alice de Freitas, e o Segundo Secretário de Organização – José Roberto da Silva. Justificou a ausência o Primeiro Secretário – Dr. Gilson Salomão Júnior. As presenças nesta reunião foram registradas em lista à parte e serão arquivadas em anexo. Iniciando os trabalhos, de acordo com a pauta da reunião, a Presidente do CMS/JF – Regina Célia de Souza, conferiu o quórum, cumprimentou a todos e considerou aberta a reunião. Na sequência, perguntou aos presentes se todos tinham lido as atas que foram colocadas no grupo e se alguém teria alguma consideração em relação às mesmas. Como não houve nenhum questionamento, ela colocou em votação as Atas do dia 23/08, 04/10, 10/10 e 25/10, assim, houve um voto contrário e os demais aprovaram. Dando seguimento, Regina disse que passaria a palavra para a Livia, para ela fazer um informe rápido sobre a Dengue, mas que seria uns cinco minutos só e depois iniciaria as pautas da reunião. Fazendo uso da palavra, Livia cumprimentou a todos e se apresentou, disse que é da Vigilância Epidemiológica e trabalha na equipe de Educação em Saúde, assim, explicou que veio aqui para pedir mais uma vez a ajuda do Conselho para poder intensificar o combate à dengue na cidade, pois apesar dos casos estarem controlado, sabe-se que nesta época do ano de Primavera e Verão os casos tendem a aumentar, a incidência do foco aumenta e de 7 a 10 dias o mosquito sai do ovínho, a partir do momento que ele tem contato com a água ele eclode e de 7 a 10 dias ele vira mosquito, então se tem pessoa doente e tem o mosquito acaba aumentando o número de casos de dengue na cidade. Assim, pediu o apoio de todos e disse que a Goretti passou a ela a lista dos conselheiros para poder entrar em contato e marcar nas UBS's, que até o Sr. Agostinho do conselho local de Dom Bosco já agendou com ela um dia para esta visita no seu bairro, também já agendou visita com o Sr. Pedro de Santa Cruz e se colocou à disposição para caso alguém queira entrar em contato com ela, falou que a Goretti tem o telefone dela e está autorizada a passar para marcar as visitas e poder ir nas comunidades para conversar com os moradores, porque só com a ajuda de cada morador se conseguirá diminuir a incidência do mosquito. Disse que com o programa de prevenção 10 minutos contra a dengue, que orienta ao menos uma vez por semana olhar os ralinhos, as calhas, se a caixa d'água não está destampada, principalmente nesse período chuvoso em que o vento e a chuva arrancam tudo, inclusive a tampa da caixa d'água sem a gente perceber, ali pode se tornar um grande foco gerador de mosquito transmissor da dengue, por isso pede a ajuda de todos para intensificar este combate contra a dengue nesse período, em especial entre o final deste ano e início do ano que vem, assim, encerrou sua fala, agradeceu a oportunidade e atenção de todos. Regina, fazendo uso da palavra, agradeceu a Livia e disse que como a reunião da LOA não foi terminada pois ficou uma parte para se definir, tem que ser cumprido o que está no regimento do CMS, por isso a pauta da LOA entra como primeiro ponto de discussão, disse então que agora o primeiro ponto de pauta será sobre a LOA-2024. Relembrou que foi pedido vista na última reunião e por isso vai passar para esse ponto de discussão e dar continuidade para se resolver, passando assim, a palavra para a Conselheira Milene falar tudo o que ela pontuou em seu parecer. Fazendo uso da palavra, a Conselheira Milene cumprimentou a todos, disse que em primeiro lugar gostaria de dizer que a gravação fica horrível, pois a gravação do microfone é péssima. Dando continuidade, disse que como todos sabem, ela pediu vistas na reunião do dia 25 de outubro devido algumas divergências e que com isso é preciso elaborar um parecer para apresentar à plenária, e assim, depois todos podem tomar a melhor decisão. **Leitura do parecer:** “MILENE LIMA ACOSTA, Conselheira Municipal de Saúde - TITULAR, segmento usuários, representante da Associação de Amigos e Portadores de Esclerose Múltipla. Inicialmente, gostaria de expor, legislação, que impõe a gestão pública, a submeter ao conselho proposta orçamentária, bem como deste atuar, com destaque para lei local, abaixo: Lei Municipal N.º 8.076 - de 11 de maio de 1992. “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. Art. 2.º - Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do C.M.S.” VII - Sugerir e aprovar a proposta orçamentária anual para a saúde, a ser encaminhada para apreciação do Poder Legislativo; Artigos 30, 37 e 38 da lei complementar 141/2012, Artigo 95 da Lei Orgânica do Município e Lei orgânica do SUS, nº 8080/1990, Artigos 15, 33, 34 e 36. Face ao pedido de vistas realizado em 25 de outubro de 2023 cujo prazo final, para posicionamento teve fim em 17 de novembro, venho apresentar nossas motivações e ao final parecer: Admito ser conselheira titular, com pouco tempo de atuação neste CMS, mas trago experiência de participação em outras instâncias do controle social, assim como estive presidente de conselho em outro Estado, e apesar de poucos meses aqui, considero, suficiente, para identificar o papel essencial deste Conselho, lutar pelo fortalecimento dele e ainda estou ciente das atribuições de cada um, em especial, dos detentores de cargos diretivos, de Ouvidor e Secretaria Executiva. A percepção que trago, restringe-se a critérios objetivos, extraídos

a partir de dados que tive acesso, oitivas, falas nas reuniões ocorridas sobre a LOA. Chamo atenção pelo fato, de muitas das vezes, ser interpretada como pessoa agressiva, intimidadora e afins, inclusive com discursos de que o que acontece no Conselho, fica no Conselho, eu definitivamente sou a mesma pessoa, dentro e fora desta casa. Me defino como pessoa firme, comprometida, respeitosa e passional sim, pois quando aceitei convite para compor este conceituado Conselho, e garanto a vocês que o convite não foi aceito de pronto, não o fiz com intenções eleitoreiras, financeiras ou pessoais, afinal nós usuários estamos aqui voluntariamente e é fato que há algumas questões que precisam ser sanadas neste órgão, para que seja estabelecida a ordem e o devido respeito aos instrumentos normativos desta casa, instrumentos estes, os quais são muitos, porém, tenho me dedicado a ler e conhecer cada um deles, com o intuito de compreender a atribuição de cada e os ritos que DEVEM, repito DEVEM ser atendidos, e que independem da vontade de quem quer que seja, não devemos aceitar arbitrariedades e sim combatê-las. O Conselho é uma instituição, o trabalho do Conselheiro tem munus público e como tal não deve se afastar da legalidade, transparência, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade. Considerando tais ponderações esclareço para os Senhores que minha motivação para solicitar pedido de vistas, se deu por tudo que presenciei e li, em especial: - Diminuição de 48 milhões do orçamento do tesouro para o ano de 2024, totalizando percentual de 22,1 % de aplicação por parte do Município, sendo que nos três últimos exercícios, este percentual, foi superior a 25%; - Queda de aplicação do tesouro de 359 para 311 milhões de reais, ou seja, uma diferença de 48 milhões de reais. - Considerando que esta redução afeta diretamente várias ações no Município na área de saúde, sendo clara a necessidade de recomposição; - Enfatizo a redução dos orçamentos do Conselho e Ouvidoria, não considero mais importantes que outros, mas componho esta casa, e não é cabível que não seja claro para todos, que se não defendermos a instituição que representamos, em todos os aspectos, o que inclui sua manutenção física, operacional, funcional e financeira, daí pergunto: Considerando as necessidades deste, acreditam que um orçamento de R\$ 22 mil para o CMS e R\$ 17 mil para a Ouvidoria seriam suficientes? Faremos conferência? Pagaremos aluguel desta sala? Teremos vales? Os conselheiros conseguirão se deslocar a fim de representar o CMS? Conseguiremos fazer eventos ou ainda qualificação para os conselheiros, assunto tão urgente e necessário, visto a importância do CMS? Pagaremos os contratos administrativos de responsabilidade deste? Inclusive a reunião do dia 25/10/2023 foi realizada a pedido do secretário Rogério (10/10/2023), que eu preciso me redimir, já havia informado uma recomposição para o conselho e ouvidoria, que não foi apresentada em plenária e propondo o adiamento para diálogo na busca de um desenho orçamentário que poderia atender aos anseios, mas nada foi alterado. - Falta de estudo detalhado e claro sobre a proposta apresentada, não sendo exibido dados e informações concretas, sobre desempenho das Unidades gestoras e suas dificuldades de execução de seus orçamentos. Destaco, que a equipe da Secretaria de Saúde, fez apresentações e planilhas, muito claras, mas aqui, refiro-me à elementos voltados para fatores subjetivos e outros, que são impasses, para a execução; - Simples fato de acompanhar em todas as reuniões que participei, vários Conselheiros, insatisfeitos, expondo problemas como falta de pessoal, insumos, medicamentos, cirurgias, enfim, assistência em geral; - Expectativa de implantação de novos serviços, como o transporte sanitário, cujo custeio anunciado será suportado pelo tesouro; - Claras colocações de técnicos e profissionais de saúde, afirmando a importância deste aporte por parte do tesouro, que se impõe como essencial; - O fato destes valores (recursos do tesouro), custearem, de forma INTEGRAL, serviços essenciais, como HPS, PMNEO, PAI, CONTRATOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS, e outros, os quais inclusive são objetos de insatisfação e escassez de itens, como denunciado por uma conselheira em determinada reunião, a falta de fórmula infantil, que compõe itens de responsabilidade do PMNEO, e salvo melhor juízo, esta escassez tem relação com cotas financeiras e procedimentos internos da Prefeitura, fazendo prova que há problemas; - Identificação que exemplos de valores de alguns contratos custeados com o tesouro, apresentam bom desempenho na execução, como já exposto, no caso do PMNEO, outros, com orçamentos já extrapolados, não condizem com a fala de "a Secretaria de Saúde tem fechado o exercício com superávit alto", sem análises profundas e estudos que apontassem o motivo desta discrepância, quanto a isto, sugiro em especial a COMISSÃO DE RECURSOS DESTA CMS, que solicite este estudo/levantamento e apresente o relatório a cada 30 dias sob pena de caracterizar o não funcionamento ou o funcionamento irregular da comissão (conforme resolução 05/2000), pois se a saúde é a pasta com maior recurso e superávit, com tantas demandas que sabemos existir, é preciso descobrir o que está "emperrando" esta engrenagem, pois é papel de cada um de nós do controle social, EXIGIR, a utilização plena de cada centavo, e claro de forma austera e relevante, que o fundo possui; Sabemos, por visita pessoal que fiz no local a convite de Jesus, que a UBS do presidente da comissão de recursos está caminhando bem, e as demais? - Afirmação de que haverá suplementação, em caso de necessidade, o que nos causou preocupações, posto, não ser procedimento imediato, que requer uma série de procedimentos, os quais sacrificam o usuário do SUS. Percebi a existência de muita burocracia, e não estou demonstrando contrariedade, pois sei que o recurso público, precisa ser bem controlado, porém, se tratando de Saúde, há imperativa necessidade de agilidade, pois uma demora considerável de um simples despacho, mata! E não gostaria de sangue em nossas mãos. Diante estas questões, elaborei perguntas com auxílio de outros conselheiros usuários, pois ninguém é bom sozinho e a luta é de todos e para todos, recebendo integralmente, em 13/11/2023 as respostas da Secretaria Municipal de Saúde, assim como o material solicitado à secretaria Executiva, sendo NEGADO o acesso ao relatório da comissão de recursos que comprovariam ajustes fundamentais da LOA (conforme trecho retirado quando da disponibilização em 13/11/2023 "considerando a necessidade de ajustes no orçamento da Secretaria de saúde de forma a corrigir distorções pontuais"), e neste mesmo dia que fora convocada reunião para discussão da LOA, estando em prazo legal, para emitir posicionamento, e óbvio, que não seria possível pela data que tive acesso aos quesitos que formulei, a emitir parecer, inclusive se tratando de matéria tão urgente e complexa. Analisei cada item requerido, ouvi áudios, conversei com conselheiros, parceiros, assisti inclusive, online, a audiência pública da LOA na Câmara, a entrevista da Ouvidora de Saúde e da Presidente do CMS, além é claro do retorno das duas reuniões realizadas com a prefeita após o pedido de vistas. Na data de hoje, foi enviada a minuta da prefeita com a transposição dos valores da Lei complementar 171 que irá recompor de maneira considerável e com sobra o orçamento para 2024, sendo um direito líquido e certo e que já está entrando no município. Importante ressaltar que a ausência do orçamento para 2024 afetaria várias ações do município. Como sempre nos é apresentado em plenária em eventos da Saúde, sabemos que o SUS continua subfinanciado com tabelas ultrapassadas, excesso de burocracia, falta de treinamento de pessoal e aumento populacional. A conta não fecha, mas digo que JUIZ DE FORA ainda possui um sistema de saúde a frente de outros municípios e Estados, mas precisamos de comprometimento humano e financeiro, além do empenho de cada um para que as coisas funcionem, sem questões eleitoreiras ou pessoais. Este é o parecer. Juiz de Fora – MG, 22 de novembro de 2023 Milene Lima Acosta". Após a leitura do parecer, Regina passou a palavra para o Secretário Ivan. Fazendo uso da palavra, Ivan cumprimentou a todos e disse que tem certeza que esta será uma reunião bem tranquila e não haverá nenhum estresse, depois afirmou que foi encaminhado para a conselheira Milene, para os componentes da Mesa Diretora do CMS e Ouvidoria o Plano de Transposição e Transferência dos Recursos da Lei Complementar 171, que são aqueles recursos que estavam parados no Fundo Municipal de Saúde, alguns há anos, fruto de resoluções da Secretaria de Estado da Saúde, que renderam juros, ou cujo o objeto não tenha sido cumprido. Disse que esse orçamento de 2024, aponta para uma grande preocupação de todos nós, que é a Execução dos Contratos assistenciais e administrativos que estariam comprometidos com a redução dos recursos do Tesouro Municipal, mas felizmente com os recursos da Transposição será possível cobrir com muita folga esse valor. Disse que quem está com a planilha da Transposição pode ver que teremos mais de noventa milhões de reais para alocar nos contratos assistenciais, no PM-Neo, no programa de fraldas, para suplementar os valores do CMS e Ouvidoria. Disse então que será cumprido, com o compromisso que foi feito pela Prefeita, pois esses recursos recompusessem essa perda do Tesouro Municipal, e dessa maneira, acredita que tenhamos contemplado todos os interesses e a saúde ao final da história irá ter mais recursos ainda do que tinha sido programado. Ainda, disse que quem esteve na audiência pública na Câmara Municipal, já pode identificar que o orçamento nominalmente aumentou em quase cento e oitenta milhões de reais, que agora com os Recursos da Transposição e com os Recursos que ainda virão de Emenda Impositivas do orçamento da União e do Estado tem certeza que 2024 será melhor que 2023. Disse que também quer falar para este CMS que foi feito o cadastro de várias obras de construção de UBS's, de expansão da RAPS e tem-se uma expectativa muito grande de parte dessas obras serem

contempladas, o que vai aliviar ainda mais o nosso orçamento. Encerrando sua fala, Ivan disse que essas foram suas considerações iniciais e que espera que seja aprovada a LOA-2024. Parabeniza o CMS pela preocupação em preservar os recursos para a saúde pública, que como todos sabem é insuficiente, mas que agora espera um voto de confiança deste plenário para que seja possível aprovar a LOA-2024 e o Conselho cumprirá o seu papel de fiscalizar a aplicação dos recursos, de fiscalizar a chegada de cada centavo do acordo da dívida do Estado para o cumprimento da EC 29/2000, pois esses recursos se referem a recursos não transferidos pelo Estado desde 2009, pois desde 2009 o Estado vem descumprindo a EC 29/2000, que prevê a transferência de 12% do seu orçamento para saúde, como aportou menos ao longo desses anos, agora foi acordado que a dívida que o Estado tem com todos os municípios mineiros, estão sendo reprogramadas, e estes recursos serão para suprir as dificuldades orçamentárias e financeiras. Fazendo uso da palavra, Regina questionou se alguém gostaria de se inscrever para falar, pois na última reunião, em virtude do pedido de vistas da Conselheira Milene, as pessoas que haviam inscritos não puderam fazer uso do momento de fala, assim, se inscreveram: Jesus, Samantha, William, Vanderli, Agostinho e Regina. Fazendo uso da palavra, Jesus cumprimentou a todos e se apresentou dizendo que é Presidente da Comissão de Recursos e da UBS do Jardim Esperança, a qual foi citada pela Conselheira Milene que fez um elogio a nossa UBS, mas ressaltou que é fruto de muito trabalho e disse que na reunião online foi possível identificar a defesa de outras UBS's, por isso citou a sua UBS's e acredita que todos os Conselheiros Locais desejam que sua unidade seja modelo, pois é um desejo dele (Jesus) também e trabalha forte para isso, se precisar bate nas portas dos vereadores para pedir Emenda e disse que corre atrás de recursos não só para a UBS do Jardim Esperança, mas também outras UBSs que precisam e que solicitam apoio, como a do Conselheiro William e de Benfica, então só gostaria de deixar isso bem claro, que ele como Conselheiro e os outros amigos Conselheiros trabalham muito para que as UBSs virem modelo aqui na cidade de Juiz de Fora. Disse também que quer reforçar o que o Secretário Ivan disse, que nós demos um voto de confiança para ele, fizemos reunião cinco vezes chegando aqui às 14h e saindo às 19h, estudando cada ponto da LOA-2024 e discutindo, então pediu para que fosse aprovado o relatório da Comissão de Recursos, porque ele foi feito com muita dedicação, traumático até, pois os debates foram intensos e calorosos, e lembrou o que foi dito na Câmara, de que o Conselho também foi feito para cumprir esse papel também, disse que conversou com o Subsecretário Matvz das Chagas aqui no Conselho e que todas essas promessas seriam todas cobradas e que mediante isso pede ao plenário que aprove o relatório que já foi lido. Fazendo uso da palavra, Samantha cumprimentou a todos e se apresentou como Ouvidora, Conselheira da Região Sanitária 4 e Usuária do SUS e uma usuária muito atuante, que usa e defende o SUS até a morte. Continuou dizendo que gostaria de agradecer e falar do nosso trabalho, nosso porque ninguém faz nada sozinho, ninguém chega a lugar nenhum sozinho, ninguém constrói documento, apoio, articulação, privilégios, não no sentido de favor, mas o privilégio de ter uma escuta de autoridades como nós tivemos esse privilégio em nome do Conselho, porque ninguém foi lá sozinho, quando fala Samantha, Regina, Goretti, nós vamos em nome da instituição, ninguém foi lá para fazer qualquer tipo de representação unilateral e nem unipessoal, as representações são institucionais, os documentos são públicos e institucionais. Parabenizou a Conselheira Milene pelo excelente relatório, acha que ficou muito claro para todos os Conselheiros a excelência do trabalho dela, parabenizou o Conselheiro Jesus pelo relatório, acha que não se deve entrar em méritos de comparação, mas em méritos de condição, de atuação e de dedicação, disse que respeita muito o que as pessoas fazem por doação, independente da forma, mas o fato é que ficou mais do que provado que nós tínhamos um grande prejuízo com a diminuição dos valores do Tesouro. Repetiu o que disse na Câmara para que não ouviu, que temos que nos preocupar com o nosso, porque com os outros não temos realmente influência, mas que com o nosso nós temos, então se nós que somos os destinatários do acesso ao serviço a saúde, se não ficarmos com nossa anteninha ligada o tempo inteiro e buscando através dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária, as políticas e os programas que nós queremos que funcionem, realmente estamos no lugar errado e equivocados quanto a nossa representação. Finalizando sua fala, Samantha disse que causou muito tumulto, mas que ela adora, pois ela vem para arrumar confusão, mas que suas confusões são boas, pois suas confusões não são pessoais e nem partidárias, nem pretende ter filiação partidária e gosta de falar isso, por mais chato que pareça, porque as pessoas gostam de intitular que a gente é do grupo A, B, C e D, mas não, afirmou que ela é do grupo da saúde e da justiça e que nesse grupo ela quer ficar nele para o resto da vida, até porque os políticos estão muito bem de dinheiro, de emenda, de orçamento, de vida, de plano de saúde, mas nós usuários não estamos, então temos que ficar também, enfim, disse que também faz jus ao relatório da Conselheira Milene e ao posicionamento do Conselheiro Jesus, pois de fato temos condições de aprovar sim o orçamento com a situação da recomposição via recursos da Lei Complementar 171, que foi uma vitória nossa e do Conselho, então agradeceu a confiança, a paciência, e sobretudo, a resistência, porque não temos que olhar pessoas por cargo, por funções, por medo, por intimidações ou por relevância do que elas ocupam, mas sim aquele que nós representamos, pediu para nunca esquecerem disso, pois cada um representa uma parcela considerável da sociedade e eles não estão aqui fisicamente, mas estão espiritualmente e quando olharmos no rosto de cada um deles temos que ter dignidade de saber que lutamos, defendemos e brigamos por vocês, mesmo que eles não saibam. Fazendo uso da palavra, William cumprimentou a todos e se apresentou como representante da Região 05 – Bandeirantes, continuou sua fala dizendo que ontem esteve na Câmara Municipal em audiência pública referente ao Orçamento 2024, que chegaram em um acordo e ele falou um pouco sobre a sua região Nordeste referente ao atendimento 24h, que entre a Regina e a Samantha foi decidido que cada umalaria sobre a sua região, pois depois do fechamento do Hospital João Penido a região ficou um pouco abandonada, mas que isso não quer dizer que foi abandonada pela UBS's, pois a UBS da região continua funcionando e funcionando bem, então explicou que quis dizer que com o fechamento do Hospital João Penido trouxe transtorno porque é uma microrregião, são 32 municípios e muitos deles estão indo para receber atendimento nas UBS's, então isso está gerando superlotação. Ainda, disse que há 3 a 4 meses atrás fez um alerta sobre os relatórios de orçamentos, de que os próximos que viriam trariam transtornos e o que ele havia dito antes aconteceu agora, pois se os relatórios não são bem apresentados depois poderia

trazer problemas para o crivo do Conselho e isso acabou acontecendo e pessoas ficaram com raiva, disse que tem alguns secretários que nem olham mais na sua cara (William), mas reiterou que ele avisou sobre isso, de que se vier até o conselho e não apresentar com transparência todo o processo do orçamento ficaria difícil resolver. Depois, parabenizou a Conselheira Milene, a Ouvidora Samantha, o Conselheiro Jesus, Regina e, principalmente, ao Secretário Ivan que ouviu a todos, disse que tudo foi bem exposto por todos que falavam, mas que em todo seu tempo de Conselho nunca viu um Secretário que participasse tanto das reuniões do conselho, disse que não está puxando saco até porque tem suas divergências com ele, mas que deve ser reconhecido também, assim, concluiu dizendo que antes era contra a aprovação da LOA-2024 porque o orçamento não dava, mas que agora com a Lei Complementar 171 foi reorganizado e por isso parabeniza a todos os responsáveis e pede que seja aprovado o orçamento. Fazendo uso da palavra, Vanderli cumprimentou a todos e se apresentou como representante do segmento dos trabalhadores, agradeceu a todos o trabalho que foi feito, mas disse que gostaria de saber como está o andamento do PSF de Nossa Senhora das Graças e as seis equipes, se acontecerá mesmo, porque a Unidade já atende a sete bairros e isso é esperado por todos há muito tempo, então gostaria de saber se está dentro do orçamento e isso será coberto. Fazendo uso da palavra, Agostinho cumprimentou a todos e se apresentou como Conselheiro da Região Sanitária 10, disse que, primeiramente, gostaria de cumprimentar a Presidente da Mesa (Regina) pela inversão da pauta, pois a LOA-2024 estava como 5º ponto de pauta e ela seguindo o Regimento colocou como 1º ponto de pauta a ser discutido, disse também que fez um ofício questionando sobre isso e até o momento não recebeu acusação de recebimento, então acha enquanto estamos lutando pelo social e sabendo que dentro do Regimento existem os artigos e os incisos que a gente pode aplicar, devemos então respeitar e acusado quando se tem recebimento de algo, assim, encerrou a sua fala e agradeceu. Regina, fazendo uso da palavra, cumprimentou a todos e se apresentou como Conselheira da região sanitária 12, segmento dos usuários e Presidente do CMS, disse que mesmo já tendo várias falas sobre o assunto, ela gostaria de esclarecer alguns pontos sobre o porquê desse “vai e vem”, disse que acha que ela foi a primeira pessoa a dizer que não aprovaria o orçamento porque estava havendo uma perda muito grande dos recursos e por mais que se fale em dinheiro vinculado, as vezes este recurso vem apenas para uma questão específica e como temos os nossos contratos e serviços que são custeados com dinheiro do município, então isso gerou a ela uma grande preocupação. Além disso, gostaria de dizer para todos que não é fácil, as vezes as pessoas podem pensar que somos meros figurantes do Conselho, mas essas pessoas não imaginam que quando é feita uma fala aqui na reunião que pode incentivar outros conselheiros a fazer uma votação e que podem prejudicar uma cidade inteira, disse que ficou várias noites sem dormir e gostaria de deixar claro que não foi por falta de confiança em ninguém, nem na Prefeita, nem no Secretário, mas sim por saber que já estamos passando por momentos difíceis e que com essa redução de recurso que tem que ser do Tesouro, citou como exemplo o PAI que é custeado com recurso do Tesouro e o Instituto da Mulher e da Criança, então tudo isso veio na sua cabeça e questionou-se o que devia ser feito, disse que as vezes as pessoas a intitulam de chata e fala que ela é do contra, mas não é isso, é que a responsabilidade é grande, o peso é grande, porque quando ela assumiu o cargo de Presidente, votaram nela o segmento do prestador, usuário, governo e o trabalhador, então ela precisa pensar em tudo isso, nesse conjunto, não podendo pensar somente no seu próprio segmento. Assim, disse que hoje ela se sente contemplada com o que foi feito, mas afirmou que a luta é essa e a luta continua, porque aprendeu que fora da nossa resistência não é possível conseguir as coisas, porque se no início a gente tivesse dito que estava tudo certo e deixado passar, não teríamos conseguido o avanço que conseguimos, e por isso precisa agradecer, pois é um avanço de todos e agradeceu também pela confiança que depositam nela, agradeceu também ao Secretário que lhe atendeu várias vezes que ela pediu e que sempre conversando com ela dizia que o que o Conselho decidir ele acataria, então acredita que isso ajuda a passar uma segurança para todos nós. Finalizando sua fala, Regina explicou que no momento que foram feitas as inscrições o Rogério não havia chegado ainda e depois ele pediu para falar, assim, questionou se todos concordavam e confirmaram que estavam de acordo. Fazendo uso da palavra, Rogério cumprimentou a todos e explicou que se atrasou e por isso não conseguiu se inscrever a tempo, mas agradeceu a Regina e a todos que permitiram que ele fizesse um breve relato. Iniciou dizendo que acha que esse momento que estamos vivendo é muito importante, de muito amadurecimento e que a democracia é isso, é a divergência e o debate, mas também saber como construir soluções em ambientes as vezes mais tensos do que a gente gostaria que estivesse e não transformar isso em empecilhos ou barreiras, sempre entender esse momento como oportunidade de crescimento, amadurecimento, de experiência e de vivência. Continuou dizendo que acha que todos partilham de uma mesma ideia de um mesmo sentimento, que é buscar um ambiente em que a gente possa oferecer a cidade de Juiz de Fora as melhores condições possíveis de exercício do serviço de saúde pública e acha que isso há um consenso inquestionável, ainda que possamos ter entendimentos diferentes da forma que isso vai se dar nos contextos que são apresentados, então disse que sua fala seria nesse sentido, de superar e que é isso a Democracia, é a convivência, é o diálogo e por vezes as diferenças se manifestam, mas que isso seja sempre lembrado como processo de construção política, por isso fez questão de insistir na fala nessa direção, pois em alguns momentos tivemos embates mais acalorados, citou como exemplo a Samantha, Milene e Regina, que foram as pessoas que mais manifestaram as suas preocupações, que ninguém estava aqui fazendo adulação a nenhuma proposta e ninguém estava aqui fazendo oposição a nenhuma proposta e acha importante sempre deixar isso muito claro, porque acha que o que sempre motivou foi a preocupação com a melhor condição possível da oferta do serviço de saúde pública na cidade de Juiz de Fora. Finalizando sua fala, disse que ainda que acaloradas as defesas e os posicionamentos, em especial de sua parte (Rogério), e acredita piamente que de todas as partes já citadas, não vai ficar nenhum tipo de sentimento negativo, pois o que tem que ficar para esse Conselho e citou a fala da Regina, é a sensação de que é sempre no debate, no diálogo, nas resistências e concordâncias que a gente chega aonde esperamos chegar e aonde a gente deseja que a cidade esteja em termos de condições de saúde pública. Fazendo uso da palavra, Ivan esclareceu o questionamento feito pelo Conselheiro Vanderli, dizendo que foi publicado a portaria GM/MS 1917 de 17/11/2023, ou seja, na última sexta-feira, antes da reunião de hoje,

habilitando sessenta e sete novas equipes de saúde da família para o município de Juiz de Fora e nove equipes de saúde bucal e que Nossa Senhora das Graças será contemplada com a saúde da família. Regina, fazendo uso da palavra, disse que colocará em regime de votação e pediu para quem concorda com aprovação do orçamento para 2024 (LOA-2024) favor levantar o crachá, sendo aprovado por unanimidade. Dando sequência na reunião, Regina disse que passará a palavra para o expositor que apresentará o segundo ponto de pauta sobre fluxo de encaminhamento dos pacientes para os serviços credenciados nas modalidades de reabilitação: Física, Visual, Intelectual, Auditiva e Ostomizadas, mas antes explicou que conforme o regimento, ela terá 15 minutos para fazer sua apresentação e depois se alguém quiser fazer alguma pergunta, ela terá mais cinco minutos para resposta. Fazendo uso da palavra, Rosângela cumprimentou a todos e se apresentou como enfermeira e supervisora no PAM Marechal no setor de órtese e prótese, também coordenadora da junta reguladora da rede de cuidados da Pessoa com Deficiência, disse que vieram apresentar para o Conselho os fluxos que a junta reguladora constrói para encaminhamento dos pacientes com deficiência das diversas modalidades que existem no município. Iniciando a apresentação que foi preparada, disse que trouxeram um breve relato de como foi construída a junta reguladora, que foi instituída pela Portaria 5.622 de 2022 e publicada em 20/05/22 no Atos do Governo e foi aprovada na CIB/SUS Micro em 06/09/22 – Pactuação nº 45 e será repactuada na CIB Micro de Novembro de 2023, desde então foram nomeadas 13 pessoas. A junta é composta por membros da SS, SE e SAS, e do CMDPD, que a partir disso começaram a trabalhar e conhecer os serviços existentes no município que atendem as pessoas com deficiência. Os encontros da Junta Reguladora são as quartas-feiras de 13:00 às 17:00 horas, no 2º andar do PAM Marechal. Disse que a Junta realizou visitas aos Serviços de Reabilitação da RCPD, como a associação dos cegos que é para atender a população com deficiência visual, o Hospital Evandro Ribeiro que atende pessoas com deficiências auditivas, no PAM Marechal (6º andar) atende os pacientes ostomizados, no Hospital João Penido fica o centro de reabilitação física, na APAE a reabilitação intelectual e a triagem auditiva neonatal é um serviço que é credenciado com três maternidades de Juiz de Fora, sendo o Hospital João Penido, Maternidade Terezinha de Jesus e Santa Casa. São hospitais credenciados para fazerem o teste da orelhinha das crianças ao nascerem, relatou que o Hospital São Vicente de Paula também faz estes testes, mas não é credenciado pela prefeitura. Dando sequência, Talita cumprimentou a todos e se apresentou como fonoaudióloga e é membro da Junta Reguladora, disse que vai dar continuidade na apresentação falando sobre os fluxos construídos pela Junta Reguladora. Em primeiro lugar, falou do fluxo de serviço de reabilitação intelectual – APAE, disse que existem algumas portas de entrada para APAE, pela Secretaria de Educação (CAEE), que eles podem lançar essas crianças no SISREG, se tiver laudo médico do SUS já lançará essa criança direto no SISREG e encaminhado para a regulação para fazer o agendamento junto a APAE, mas caso não tenha laudo médico, deverá passar por uma consulta na UBS (área coberta) ou consulta pediátrica pelo DSMGCA (área descoberta), então será feito o encaminhamento com os critérios para uma criança com algum tipo de deficiência intelectual, após este processo será lançado no SISREG e encaminhado para a regulação para fazer o agendamento junto a APAE. Na SS também existem algumas portas de entrada, como no DSMGCA, ou na UBS, tendo o encaminhamento com os critérios, será lançado no SISREG e encaminhado para a regulação para fazer o agendamento junto a APAE, existem também os municípios que são pactuados (SERDI) quando a criança já possui diagnóstico e já lançará essa criança direto no SISREG e encaminhado para a regulação para fazer o agendamento junto a APAE, além de outros serviços de Juiz de Fora de atendimento ao SUS de crianças com laudo médico que podem também encaminhar essas crianças, como HU, João Penido dentre outros, estes hospitais encaminharam para a UBS lançarem a criança direto no SISREG e encaminhado para a regulação para fazer o agendamento junto a APAE, tendo diferença de procedimento para áreas descobertas e cobertas. Já os recém-nascidos de alto risco, se tiver alguma suspeita de alguma deficiência, será encaminhado também para a Junta Reguladora e depois será lançado direto no SISREG e encaminhado para a regulação para fazer o agendamento junto a APAE. Ressaltou que não é imediato, pois as vagas são limitadas e já existe uma fila grande, são quase 400 crianças esperando no SISREG, só que é importante isso, até mesmo para fazer um levantamento da quantidade de crianças que estão precisando deste atendimento e buscar também outras alternativas no município para assistir essas crianças, adolescente e adultos, mas a grande maioria são crianças. Depois falou sobre o Fluxo de Saúde Auditiva – Hospital Evandro Ribeiro, que já é um fluxo muito bem estabelecido, pois já atende há muitos anos, explicou que o fluxo para o paciente que já tem o exame audiológico, ele será encaminhado para a Junta Reguladora no PAM-Marechal para fazer uma inscrição e ficar numa lista de espera, pois como ela já havia dito, não é imediato, pois existe uma fila em razão da demanda que é grande, quando chega a vez desse paciente é feito uma convocação para triagem auditiva com fonoaudióloga e depois é feito o agendamento no Hospital Evandro Ribeiro de acordo com as cotas mensais. Disse que os municípios pactuados também encaminham os pacientes para a Junta Reguladora, então cada município tem uma cota anual, que a Junta vai encaminhando os pacientes de acordo com as cotas. Já para os pacientes que não tem o exame audiológico, ou seja, não tem a comprovação da perda auditiva, então esse paciente terá que passar por uma consulta médica com Otorrinolaringologista para depois, já com o exame em mãos, solicitar o encaminhamento para a junta reguladora e seguir o fluxo normal que ela já explicou. Depois, falou sobre o fluxo de triagem auditiva Neonatal – TAN, que também funciona muito bem, pois já tem uma regulação de algum tempo, então como ela disse, existem em Juiz de Fora os Hospitais credenciados para fazer a triagem auditiva neonatal, sendo o Hospital João Penido, Maternidade Terezinha de Jesus e Santa Casa, sobre o HSVP existe o planejamento de credenciá-lo também, mas sobre o fluxo explicou que é feito assim que a criança nasce e o teste e reteste da orelhinha deu normal, são feitas as orientações e libera, já as crianças com teste normal, mas com alto risco é feito um agendamento para o retorno e reavaliação da condição auditiva. Já nos testes que dão alterações, é encaminhado para a Junta Reguladora no PAM-Marechal e é feito o agendamento no Hospital Evandro Ribeiro para fazer o diagnóstico, disse também que os bebês de até um ano de idade que não nascem nesses hospitais e não fizeram este teste da orelhinha também pode procurar a Junta Reguladora para agendar o teste e o reteste da orelhinha

no Hospital Evandro Ribeiro, em caso do resultados ser normal é feito as orientações, mas em caso de alteração é encaminhado para o programa de saúde auditiva. Passando para o fluxo do Centro de Reabilitação física – HRJP, disse que também é um fluxo bem estabelecido e que funciona muito bem, que é para reabilitação, órtese ou prótese, para os paciente que tem laudo médico, será encaminhado para a Junta Reguladora no PAM-Marechal, passará por análise do médico auditor para verificar os critérios e documentações, estando tudo correto, será feito o agendamento para o Centro de Reabilitação, que é uma agenda enviada pelo próprio hospital, disse que os municípios pactuados também encaminham para a Junta Reguladora e é feito o mesmo processo, já nos casos em que o paciente não possui laudo médico, ele passará por uma consulta médica com ortopedista e disse que conseguiram que no próprio HRJP são disponibilizadas algumas vagas para esses pacientes que precisam de avaliação e laudo sobre a sua deficiência, apesar de serem poucas vagas, já se considera uma conquista para a demanda, depois de conseguirem o laudo é feito o mesmo processo já explicado. Sobre o fluxo de reabilitação visual – Associação dos Cegos, disse que se o paciente tiver deficiência visual total ou baixa visão bilateral com laudo, explicou os critérios, pois não é qualquer deficiência visual que se enquadra no programa também, então com o laudo do oftalmologista o paciente vai procurar a associação dos cegos (4º andar – Centro de reabilitação), será feito o acolhimento desse paciente e será agendado a consulta com o especialista da própria associação, então se o paciente se encaixar nos critérios para reabilitação visual será feito o atendimento pela equipe multiprofissional e elaborado um plano individualizado de atendimento, pois lá oferece diversas atividades, como braille, informática e etc. de acordo com a disponibilidade e a necessidade do paciente. Já no caso do paciente não se encaixar nos critérios, este paciente será contra referenciado, se for área coberta para UBS, se for área descoberta DSMGCA ou no PAM-Marechal. O fluxo para Ostomizados – PAM-Marechal, também já é um serviço conhecido e de excelência na cidade, se o paciente ostomizados estiver no pós operatório e hospitalizado, é feito visitas da equipe de ostomizados para dar as primeiras orientações, depois é encaminhado para o PAM-Marechal (6º andar) para fazer o cadastro de acompanhamento e entrega das bolsas, já nos casos de paciente ostomizados, mas que não estão hospitalizados, eles devem procurar o PAM-Marechal e fazer o processo de cadastrado para acompanhamento e entrega de bolsas, explicou sobre os municípios pactuados e depois pediu para todos que estão próximos as UBS e ao Conselho para levar essas informações para os usuários e eles terem conhecimento da existência desses serviços e desses fluxos, que já tem um bom funcionamento e que o objetivo com a apresentação não é abrir portas de entrada, mas sim mostrar o serviço, todos os serviços tem sua capacidade instalada, infelizmente não é possível atender a todos, porque a demanda é muito grande, só que de qualquer forma é importante existir esses programas, para dar apoio para as pessoas os com deficiência, que as vezes ficam sem nenhum suporte. Disse que essas informações já foram passadas para algumas UBS's, mas que com a ajuda de todos, será possível atingir mais e mais pessoas que precisam e até ajudar a fiscalizar, porque é muito importante o fluxo de reabilitação, pois as vezes pode ajudar a pessoa a ter uma rotina melhor e até mesmo voltar para o mercado de trabalho, finalizando sua fala, disse que quem precisar pode buscar então a Junta Reguladora que está localizada no PAM-Marechal, 2º andar, de 8h à 12h para atendimento ao público e encerrou afirmando que agora as pessoas com deficiência não precisam mais ficar perdidas no sistema, pois existe um fluxo bem montado e organizado para que ela saiba como fazer para acessar os serviços. Fazendo uso da palavra, Regina questionou a plenária se alguém gostaria de se inscrever. Samantha se inscreveu. Iniciando sua fala, Samantha parabenizou o excelente trabalho que a equipe da Junta Reguladora e os membros da comissão, que apesar das dificuldades fazem um belo trabalho, além disso, gostaria de perguntar sobre o recurso do Estado para fazer a transposição de valores para utilizar em vários serviços na rede da Pessoa com Deficiência, que o nome do Programa antigo era “Viver Sem Limites”, então gostaria de saber como está o andamento e se caminhou depois daquela reunião que ela (Samantha) participou, pois na época se lembra que haviam várias empasses, mas se a SS conseguiu viabilizar, talvez a junta e a SS pudessem esclarecer essa dúvida, porque é um recurso que não fará milagre, mas ajuda muito na melhoria da assistência na rede de apoio à Pessoa com Deficiência, pois salvo engano, havia um planejamento de ampliar o serviço da APAE, que é o SEAM (Serviço Especializado de Avaliação Multidisciplinar em Transtorno do Neurodesenvolvimento) e explicou para quem sabe, que o SEAM é o único serviço na região que acolhe pessoas com transtornos mentais, espectro autista e semelhantes, que já tem até fila, em média 400 peoas. Disse ainda que queriam adquirir algumas cadeiras de rodas através do programa de reabilitação, não sabe se o João Penido conseguiu, pois estava com certidão positiva de dívida e isso impede muitas coisas, então pediu ao Ivan para viabilizar esses aportes, senão será mais um recurso perdido. Rosângela esclarecendo o questionamento feito pela Samantha, disse que é isso mesmo que ela falou, os recursos foram distribuídos mesmo e como é para Pessoa com Deficiência, existe um problema muito grande de os recursos virem muito amarrados, ou seja, vem muito discriminado com o que pode ser usado ou não e isso dificulta bastante na execução, mas de qualquer maneira, independente da situação administrativa do João Penido, já foram disponibilizados os serviços, estão aguardando apenas que seja resolvido o problema deles, só que eles já haviam encaminhado uma lista das pessoas que estavam na fila, porque existe também um grande problema com fornecedores, visto que ninguém que fornece equipamentos com valor do SUS estão querendo entregar, então já havia uma fila de paciente esperando cadeiras e foi feito um levantamento do recurso que precisava, então foi disponibilizado esse recurso que foi no valor de setenta e um mil, mas estão esperando eles resolverem o problema fiscal para poder utilizar o recurso. Já em relação a APAE, foi disponibilizado o recurso para o serviço do SEAM, que já fez um ano e já está sendo renovado. Disse que além de fazer o serviço de atendimento de reabilitação, a equipe está se desdobrando para fazer um serviço de diagnóstico também, pois existe uma fila grande de pessoas esperando, que apesar das limitações do serviço, com o recurso fornecido, tem ajudado bastante. Sobre a associação dos cegos, disse que foi disponibilizado também recursos para fazer uma reforma e ampliação de uma área de convivência dos pacientes, que foi uma média de 270 mil que foi solicitado e foi disponibilizado. Já o Hospital Evandro Ribeiro, existia uma grande demanda de pacientes esperando a realização de cirurgia para implantes coclear, foi disponibilizado um milhão e meio e quase todos os pacientes já

conseguiram realizar as cirurgias. Sobre as próteses auditivas já conseguiram o recurso para disponibilizar e tirar todos os pacientes da fila, só estão aguardando, pois é um serviço que cresceu demais e ainda tem que fazer uma demanda extra. Falou sobre o Instituto Santa Catarina, que também fizeram um projeto para atendimento na área tanto visual quanto intelectual, vão realizar várias cirurgias de catarata, não foi fechado o contrato ainda, mas há um projeto para fazer um mutirão de cirurgia de catarata e também um projeto Miguilim, para óculos e aparelhos auditivos para as crianças das escolas a partir de fevereiro, e o Instituto Santa Catarina é também do Hospital Evandro Ribeiro, que está acabando de ser construído na AV. dos Andradas, próxima a Vigilância Sanitária, será trabalhado a visual e o projeto Miguilim. Finalizou dizendo que os recursos estão fluindo e espera que seja possível realmente utilizar o recurso que finaliza em 2025. Regina, fazendo uso da palavra, disse que é um trabalho maravilhoso que elas desenvolvem e é importante divulgar para ajudar, parabenizou pela apresentação e pelo trabalho. Passando para o próximo ponto de pauta, Regina chamou Flávio da SS-SSPGIP-DPAG, para falar sobre os projetos em desenvolvimento. Fazendo uso da palavra, Flávio cumprimentou a todos, falou de sua atuação na subsecretaria de planejamento e disse que seria breve em sua apresentação. Disse que um dos objetivos da vinda ao conselho é o de prestar contas do que tem sido feito, contas de um processo muito interessante que está acontecendo na secretaria de saúde que é a informatização. Conforme o prometido, já foram instalados 600 computadores na UBSs neste ano, pois era um grande problema da secretaria, além de número insuficiente, tinha vários computadores nas caixas esperando para serem instalados. Afirmou que no momento não existe mais nenhum computador nem na secretaria nem nas UBSs, aguardando para serem instalados. Essa foi a apuração feita na última reunião com os supervisores que ficaram muito satisfeitos. Outro grande problema da secretaria de saúde é o sistema de informação, mas foi publicado na data do último dia 16, o edital da secretaria que vai interligar todos os sistemas e que todos passarão a ter acesso, isso significa que todos os pontos da secretaria terão sistema integrado, o que é uma boa notícia para todos. Flávio exibiu na tela o sistema Busca Saúde JF que certamente todos os conselheiros já conhecem pois foi amplamente divulgado pela PJP, através da secretaria de comunicação. Disse que fez questão de trazer novamente ao conselho para explicar que essa plataforma demonstra as filas ambulatoriais, referentes às consultas e exames que hoje são publicizadas, está na rede, um processo que antes era obscuro, agora todos têm acesso. Afirmou que poucos municípios no Brasil fazem esse processo. Disse que embora tenha sido apresentado aqui no conselho e de ter sido amplamente divulgado, ele é ainda muito pouco acessado pelos usuários. falou que vai deixar disponível esse material no conselho para que seja novamente divulgado para todos os conselheiros e que espera que os mesmos ajudem a divulgar. Flávio disse que monitora diariamente o sistema e lamenta o baixo uso do mesmo pelos usuários. A plataforma foi lançada há dois meses e até o momento somente sete mil pessoas acessaram, se pensarmos na demanda reprimida existente na secretaria de saúde, somente a Oftalmologia supera isso, portanto, é muito importante que o conselho ajude no processo de divulgação. Demonstrou na tela o quão fácil é utilizar a plataforma e fez um apelo para que cada conselheiro aqui presente leve o Busca saúde/JF para dentro de suas UBSs, que ajudem a população a utilizarem um sistema que foi criado para beneficiar a todos. Destacou o poder do conselho junto aos usuários de suas regiões e espera poder contar com o apoio de todos pois é muito importante que todos os cidadãos usuários do SUS, saibam que basta entrar na plataforma com seu CPF que ele encontra tudo sobre consultas, exames, etc., portanto, essa é uma ferramenta poderosa e que precisa ser defendida e divulgada por todas as UBSs e conselheiros de saúde. Mostrou o mapa das UBSs com todos os seus serviços discriminado, dizendo que era uma queixa que a secretaria identificou que muitos usuários não sabem o que sua UBS oferece, ou seja, o que o SUS oferta de serviços, onde e como, então, na plataforma foram elencados todos os serviços e como eles são oferecidos à população. Ressaltou que em relação a plataforma Busca saúde/JF é isso que gostaria de destacar. Além disso também foi desenvolvido um outro projeto que foi o envio de mensagem por WhatsApp que já tem oito meses de duração e que já conseguiu enviar mais de vinte mil mensagens e confirmar mais de vinte mil procedimentos via WhatsApp para os usuários. Todos sabem que o número de telefone das pessoas mudam muito e não existe nenhuma estratégia no Brasil que seja de fato cem por cento eficiente na comunicação com os usuários do SUS, porém, existe uma estratégia do cadúnico que atualiza os dados que é muito eficiente, portanto, se conseguirmos convencer os usuários em cada contato que tivermos com ele, seja em que procedimento for, de atualizarem seus telefones, isso atualiza no cadúnico e avançaremos neste processo de melhoria na comunicação com os usuários, evitando assim perdas de consultas e exames. Mais uma vez, Flávio reforçou o pedido aos conselheiros para que levem essa demanda para seus conselhos locais, ambiente de trabalho e divulguem ao máximo essas informações. Na sequência apresentou em tela o projeto Canil transparente. Explicou que na gestão da prefeita Margarida, a Secretaria de Saúde assumiu o canil, e da mesma forma que desde o início deste governo, tem se feito um grande esforço na implantação de sistemas de informatização em todas as áreas, não poderia ser diferente com esse novo serviço que a secretaria assumiu, portanto, o projeto Canil Transparente faz parte do mesmo entendimento de que os usuários têm o direito de saber tudo o que acontece com os recursos públicos no município. Afirmou que poucas pessoas sabem sobre a importância de cuidar dos animais e que essa ferramenta trás além da informação, a transparência dos recursos públicos. Destacou que pela plataforma as pessoas também conseguem se cadastrar para adoção de animais, documentos fiscais de prestação de contas, ou seja, é uma plataforma bastante completa e de grande valia para o município que foi criada também com o objetivo de dar transparência aos cidadãos. Outra plataforma que gostaria de apresentar aos conselheiros é a JF contra o Aedes aegypti, disse que hoje para uma pessoa denunciar um foco de mosquito, ele não precisa mais ligar para o serviço, pode fazer isso online, e também é muito importante que seja muito bem divulgado. Disse que existem estudos de uma nova variante que poderá trazer problemas não só em Juiz de Fora, mas em todo Brasil, portanto, fazer a divulgação desta plataforma também é fundamental. Disse mais uma vez que o conselho tem um papel imprescindível neste processo de divulgação para ajudar a prevenir as consequências afirmando ter certeza que ao trazer essa pauta para o conselho, está na verdade reforçando essa parceria que existe entre o poder público e a sociedade civil através dos conselhos. Finalizando disse que o COAPES foi

reativado, que isso significa um fortalecimento para o ensino e serviço, que a regulamentação dos estágios na secretaria de saúde era uma demanda antiga. Disse que atualmente são mil e setecentas vagas disponíveis na secretaria de saúde e afirmou que são os estagiários de hoje que poderão ser contratados como médicos, enfermeiros, dentre outros, amanhã, são os especialistas que estão faltando na rede, que poderão ser supridos pelos residentes voltando como profissional na rede amanhã, além de tantos outros pontos importante para o ensino e para os serviços do SUS. Afirmou também que isso é algo que vem sendo tratado com muito empenho pela secretaria de saúde, pois sabe-se que quando o aluno passa pela rede e tem uma boa experiência de ensino a possibilidade de ele querer voltar como profissional é muito maior. Disse ainda que a regulamentação do COAPES foi um passo muito importante, ressaltando que está sendo colocado também na regulamentação do PSF como gratificação para as equipes que trabalham com estagiários e que o objetivo de incluir integrantes do conselho no COAPES é justamente trazer o conselho também para esse debate. Finalizando, agradeceu a todos pelo acolhimento e se colocou à disposição para o debate, caso alguém queira fazer algum esclarecimento ou ponderações. Regina abriu inscrições e se inscreveram: Samantha, Erika, Nilza e Cecilia. Fazendo uso da palavra, Samantha parabenizou ao Flávio pelo seu trabalho na secretaria dizendo que atende muito as pautas de informatização dos serviços, mesmo que algumas pessoas não tenham acesso e conhecimento tecnológico é importante priorizar aquele que tem e gostam de estar informados e conectados, relatou que na Ouvidoria está sendo divulgado o protocolo e as formas de mensagens para contato nos canais da Ouvidoria, citou como exemplo o novo sistema do e-ouve, mas que ainda não fez treinamento do pessoal e que o Ministério da Saúde inseriu e disse que é preciso treinar para aprender a usar, pois tem várias funcionalidades novas, disse que é possível disseminar informações para os usuários como já é feito no sistema antigo, mas que tem que tomar muito cuidado para não misturar as funções, porque as pessoas já acham que é obrigação da Ouvidoria em marcar consultas, exames, cirurgias, conseguir vaga e avisar, inclusive tem alguns que vem aqui brigar porque não foi avisado, só que não é obrigação da Ouvidoria, só entramos como medida de reforço para evitar os absenteísmos, tanto que às vezes quando a Ouvidoria liga explica tudo direitinho para evitar ausência, mas que realmente se surpreende com a quantidade de pessoas que realmente não estavam sabendo mesmo da consulta e às vezes quando recebe o comunicado da consulta vem na Ouvidoria confirmar se é verdade e se não é golpe, então seria bom melhorar a comunicação e explicar o que é preciso fazer e levar para o exame, além disso, liberar as linhas telefônicas para as UBSs, para servidor não ter que ficar ligando de telefone pessoal para avisar de procedimentos, o certo é ter um telefone profissional, pois não é o correto fazer e evitaria muito a perda de consulta, pois algumas já usam e deu certo. Falou que no dia que foi apresentado o programa ela falou isso também, mas acredita que ainda ficaram algumas questões que precisam ser sanadas, primeiramente, falou que os cadastros das demandas não está fidedigno com a demanda que existe, disse que os exames começaram a ser cadastrados em agosto, então o cidadão que tem exame de 2 a 3 anos atrás não está na fila e quando ele acessa o sistema do busca saúde e não encontra o nome dele na fila, acaba indo no Ministério Público representar e depois ainda vem na Ouvidoria reclamar, assim, decidiu verificar a partir de uma representação de um usuário e realmente não estava, pois estão cadastrando apenas de agosto em diante e consultas também estão nessa mesma situação, disse que tem que resolver a questão do protocolo de consultas, relatou que, inclusive um advogado entrou com uma petição questionando a prioridade da sua cliente, pois ele entende que a sua cliente não deveria estar naquela posição da fila, ou seja para a Ouvidoria está sendo muito mais difícil lidar com esses questionamentos do cidadão, porque tem a transparência do sistema que é muito bom, mas transparência também é um problema, visto que as pessoas veem a posição deles na fila e não aceitam e querem dar um jeitinho, então a Ouvidoria tem recebido e-mails extremamente esgotantes questionando critérios de prioridade, mesmo explicando que a Ouvidoria não faz essa regulação e não classifica o critério da paciente, ainda afirmou que dos sete mil, pelo menos uns quatro mil já entraram em contato com a Ouvidoria. Portanto, disse que os cadastrados e os exames não estão inteiros no sistema, então tem que ter pessoal para alimentar o sistema e reforçou a questão do protocolo, pois tem dado muito problema, explicou que as UBS não estão entregando o número de protocolo, mesmo a Ouvidoria já tendo tomado várias medidas para evitar este problema e como não está sendo feito da forma correta, o usuário acaba buscando novamente a Ouvidoria para reclamar, só não é possível abrir um registro sem a pessoa trazer o protocolo comprovando que ela está realmente esperando, além disso relatou que não é função ordinária da Ouvidoria acessar o Busca Saúde para paciente, mas que em casos excepcionais acaba auxiliando, mas não pode virar algo frequente, senão toda vez o usuário vai voltar pedindo para fazer novamente e é algo pessoal que todos podem consultar e não é obrigação da Ouvidoria, pois já existe muita demanda todos os dias, então pediu ajuda ao secretário para avaliar esse pedido e contribuir com essa melhoria. Fazendo uso da palavra, Erika cumprimentou a todos e se apresentou como professora da UFJF que representa a Universidade aqui no Conselho, disse que primeiramente gostaria de parabenizar a reativação do COAPES, pois para a Universidade como Instituição formadora foi um ganho ter agora essa possibilidade da formalização desse espaço de formação, sem parecer que existe uma disputa entre as instituições, visto que não é essa a intenção, sem também sobrecarregar o serviço, porque as vezes tinha muitas unidades com estagiários, acadêmicos e atividades de pesquisa e ensino e outras Unidades que não tinham nada, disse que é coordenadora em residência de saúde da família e é coordenadora do curso de enfermagem e faz parte do COAPES na Universidade, ainda, disse que o curso da UFJF foi um dos primeiros a fazer o cadastro dos estagiários que entraram agora, que é um pouco trabalhoso, pois ele já tem o sistema próprio de fazer o convênio e o seguro deles, mas estão se organizando com as comissões orientadores de estágio para dar certo e torce para continuar ativo, pois para as instituições foi um grande ganho, principalmente pela transparência entre as instituições, porque a intenção das Universidades não é só formar, mas formar bons profissionais e que eles retornem para o SUS e de certo modo contribuam com o serviço, disse que dá aula em uma UBS e faz em média 10 a 15 preventivos em cada momento que está na Unidade, então é também um retorno para o serviço e acha que para os dois lados é importante, além disso, falou que em alguns lugares existem profissionais que não aceitam receber o aluno e que lamenta muito isso, porque o SUS de forma constitucional

traz isso, que é a contribuição para a formação profissional, então pediu ajuda ao Conselho para tentar fazer com que as Unidades que não recebem acadêmicos para mudarem a forma de pensar e agir, pois é um retorno para a população, por fim, disse que a apresentação foi ótima e que como representante de uma instituição formadora terá muito a ensinar para os alunos, pois são ferramentas que não são utilizadas nos campos de ensino e disse que um dos motivos pelo qual faz parte do CMS é para entender o que acontece na rede para formar e ensinar os alunos nesta rede, para de fato contribuir com o serviço, por último, questionou sobre o busca saúde/JF, se quando o cidadão faz a busca, se ele consegue ver só sobre ele ou se consegue ver de outras pessoas. Fazendo uso da palavra, Nilza cumprimentou a todos e se apresentou como representante do Sindicato dos Enfermeiros de Minas Gerais, disse que está substituindo a Deise e é sua primeira vez no CMS e que tem muito a aprender ainda, disse que trabalha UBS de Rosário e está há 21 anos trabalhando na estratégia da família, iniciou sua fala parabenizando a SS e o Flávio, porque dentro de Rosário já é possível acessar o sistema de busca e ver a posição de um usuário que estava precisando de uma consulta com neurologista, por exemplo. Disse que o serviço do Whatsapp também funciona e ajuda bastante, mas queria aproveitar a oportunidade para perguntar sobre a questão dos ícones, porque as vezes a pessoa não acha e algo que era para facilitar acaba dificultando para quem não tem tanto conhecimento, então seria importante rever essa questão dos ícones. Fazendo uso da palavra, Cecília cumprimentou a todos e se apresentou como representante da Região Sanitária 10, iniciou dizendo que foi contemplada com a fala da Samantha, mas gostaria de dizer que foi na UBS e viu que eles perdem muitas consultas, porque a pessoa não atende o telefone e que seria importante ter o WhatsApp para a UBS's ou um telefone profissional que os usuários pudessem salvar para saber que pode ser da UBS falando sobre a sua consulta, portanto, facilitaria bastante a comunicação e a redução no absenteísmo. Em sequência, após encerrar as falas do plenário, Flávio esclareceu o questionamento feito pela Samantha, disse que inicialmente a estratégia do Busca Saúde era de inserir apenas as consultas, porque somente as consultas são reguladas, já os exames, anteriormente, não eram regulados e todos sabem como é a realidade da loja seis que são os exames de média e alta complexidade que são todos controlados através de guia e esse processo de informatização com os servidores também é um desafio para a secretaria e que por diversas vezes o secretário tentou mostrar para os setores que a regulação é um facilitador e mais eficiente, pois é possível ver a fila e foi um trabalho que demorou muito tempo, então por isso esta morosidade na questão dos exames, mas disse que os exames serão inseridos dentro da plataforma integralmente e que a demanda é muito grande. Disse que também estão em contato com o Estado, pois é um sistema ligado ao Sistema do Estado, que é o SUS Fácil, porque também querem colocar as cirurgias dentro da plataforma, porque também é um gargalo que temos, mas que o contato com o Estado está bem difícil e isso dificulta muito a atuação secretária. Esclarecendo a dúvida da Erika, disse que é possível sim visualizar dentro da plataforma tanto as próprias informações quanto a de outras pessoas, porém, não é possível identificar essas pessoas, para respeitar a LGPD, que é a Lei Geral de Proteção de Dados. Já sobre a questão do Whatsapp que foi questionado pela Nilza e por outros, disse que existe um canal na Prefeitura que foi criado para atualizar as informações pessoais de contato, já para atualizar endereço também é preciso enviar um comprovante de endereço em nome próprio e telefone para ser possível atualizar. Também disse que de acordo com o último censo do IBGE, a população de Juiz de Fora é de aproximadamente 520 mil pessoas e baseado na última apuração de cartão SUS temos 826 mil cartões SUS ativos, por isso Ivan pensou nessa estratégia, para justamente triar um pouco melhor e qualificar esse processo, porque o SUS em Juiz de Fora funciona e as pessoas que vem de fora para receberem atendimento, pois quem está doente quer saúde e não está errado porque o SUS é universal, por isso é importante divulgar esse canal para triar melhor essas informações. Fazendo uso da palavra, Ivan disse que como todos sabem, Juiz de Fora é um polo que atende uma macrorregional e interestadual, que é algo que precisa ser identificado para ser devidamente utilizado. Goretti, fazendo uso da palavra, colocou sobre as dificuldades que o conselho enfrentou para retirar seus representantes para fazerem parte do COAPES por falta de cumprimento da pauta expedientes em algumas reuniões e afirmou que no dia que foi retirado, na hora não se atentou para o número e quando foi fazer o documento da indicação é que verificou que eram quatro e não dois representantes e perguntou ao Flávio se poderia retirar os outros dois, mesmo que atrasados? Flávio disse que como a portaria não faz nenhuma menção de impedimento, o conselho pode sim retirar mais dois representantes e encaminhar que ele vai providenciar a publicação. Goretti disse que como foram retirados dois, mas a conselheira Thaysi teve interesse e abriu mão para o conselheiro Jesus, então seria só retirar mais um nesta reunião e finalizariam esse ponto. Regina perguntou quem teria interesse e ninguém manifestou. Flávio perguntou porque Goretti não aceitaria assumir? Ela então aceitou e foi referendado pelos presentes, ficando assim os representantes do conselho no COAPES: Milene Lima Acosta, Jesus Alves da Silva, Thaysi Poliani Ribeiro Melo e Maria Goretti Simões. Encerrando a reunião, Regina parabenizou ao Flávio e questionou se foi encaminhado essas informações todas que ele colocou aqui para as UBS, pois é muito importante que todas elas também façam o seu papel de divulgação e agradeceu ao Flávio pela apresentação. Não tendo mais nada a tratar, foram finalizados os trabalhos, e eu Maria Goretti Simões, Secretária Executiva do CMS/JF, lavrei a presente ata, que assino com a Presidente do CMS/JF e a Segunda Secretária, já que o primeiro justificou sua ausência, para que surta os efeitos legais. Juiz de Fora, vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três.

Regina Célia de Souza
Presidente-CMS/JF

Maria Alice de Freitas
Segunda Secretária-CMS/JF

Maria Goretti Simões
Secretária Executiva CMS/LF



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS/JF NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora realizada nas dependências do CMS/JF, sito à Rua Batista de Oliveira, 239; 4º andar/402 – Centro – Juiz de Fora–MG. CEP:36013-300, entre às 19h e 21:40h, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois visando cumprir a pauta previamente definida pela Mesa Diretora do CMS/JF, qual seja: Item 1) Verificação do quórum e abertura da reunião; 2) Discussão e deliberação da ata da reunião anterior; 3) Lei Orçamentária Anual (LOA) - Propositor: Secretaria Municipal de Saúde – Expositor: Ivan Charles Fonseca Chebli; 4) Leitura de: Expedientes, Comissões, Requerimentos, Moções, Indicações e Proposições. Compuseram a mesa a Presidente do CMS/JF – Regina Célia de Souza, a Segunda Secretária – Maria Alice de Freitas, o Primeiro Diretor de Organização e Secretário Municipal de Saúde – Ivan Charles Fonseca Chebli, o Segundo Secretário de Organização – José Roberto da Silva e a Secretária Executiva do CMS/JF – Maria Goretti Simões. Justificou ausência o Primeiro Secretário – Dr. Gilson Salomão Jr., por motivos de saúde. As presenças desta reunião foram registradas em lista a parte e serão arquivadas em anexo. Iniciando os trabalhos, de acordo com a pauta da reunião, a Presidente do CMS/JF-Regina Célia de Souza, conferiu o quórum, cumprimentou a todos e considerou aberta a reunião. Na sequência, Regina disse que está sendo cobrada pelo plenário o documento que será apresentado, porém, a secretaria executiva não recebeu em tempo para fazer a impressão para todos. Disse que o material está sendo impresso e pergunta ao plenário se todos querem esperar a impressão ficar pronta ou se preferem dar continuidade aos trabalhos enquanto o material fica pronto. A Subsecretária de Planejamento Joana D'Arc Zanelli fez uso da palavra para justificar o atraso do envio do material alegando que eles também tiveram dificuldades nos ajustes finais e que o material foi disponibilizado ao conselho agora no final da tarde. Regina colocou em votação e todos optaram por dar continuidade aos trabalhos. Na sequência, Regina perguntou se todos leram a ata da reunião anterior e se alguém tinha alguma consideração a ser feita sobre a mesma. A Conselheira Aparecida de Fátima Gomes, pediu a palavra e solicitou a exclusão de sua fala na reunião anterior dizendo que o fez por escrito e entregou a mesa para leitura. O Secretário Ivan se ofereceu para fazer a leitura. Após a leitura Regina colocou em votação e foi aprovado a supressão. Sem mais nada a discutir, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, Regina passou para o Secretário Ivan fazer a apresentação da LOA. Fazendo uso da palavra, Ivan cumprimentou a todos e disse que esse é um momento muito importante para o futuro do Sistema Único de Saúde de Juiz de Fora, para a execução da Programação Anual de Saúde, pois esse é o momento em que o município apresenta sua peça orçamentária, em que ele prevê os recursos tripartite da União, do Estado e do Município para o financiamento das ações e serviços de saúde. De um sistema público de saúde que deveria primar pela integralidade e equidade, mas que sabidamente está muito distante disso, tendo em vista que os recursos são finitos, limitados e que estão cada dia menores. Disse que os recursos da união para o próximo ano trazem uma triste surpresa, de um corte de quarenta e cinco bilhões de reais. Como exemplo, disse que a farmácia popular só sobrevive até abril de dois mil e vinte e três. O programa “mais médicos”, agora “médicos pelo Brasil”, foi reduzido em cinquenta por cento, sem falar em outras áreas críticas do

Ministério da Saúde, portanto, será um grande desafio para o próximo Presidente lidar com a recomposição dos recursos necessários para manter minimamente os serviços já existente e ampliar mais alguns, tão necessários para o atendimento da população. Afirmou que o risco é cada vez maior dos municípios serem os Co-financiadores dos serviços de saúde, porém, todos eles já estão sufocados, mas não tem outra forma, e não é só na atenção básica, cada vez mais os municípios estão tendo que arcar com outros serviços como vigilância em saúde, média e alta complexidade, medicamentos, etc. E também não é só na saúde, outras secretarias estão sofrendo cortes, por exemplo, os CRAS estão correndo o risco de fecharem por falta de financiamento. Disse que é uma conjuntura extremamente complexa, mas que não pode nos paralisar. Afirmou que a Prefeita tem se empenhado muito em aportar cada vez mais recursos do tesouro municipal para saúde, que a Secretária de Fazenda é uma grande parceira do SUS, que tem visitado as unidades de saúde, conhecendo de perto a realidade de cada um e tem um firme compromisso com a saúde para dois mil e vinte e três, ela tem dito em suas reuniões que o primeiro ano de governo foi da pandemia, o segundo da educação e o próximo será da saúde, reforçando o compromisso de ampliação da estratégia de saúde da família, reforma e ampliação das UBSs, ampliação do quadro de pessoal, dentre outros. Disse que está ampliando o atendimento com contratações de mais médicos para as unidades de saúde, que vai ampliar os contratos com as UPAs para aliviar o HPS, enfim, que está sendo feito um grande trabalho de melhoria dos serviços de saúde no município. Mas não basta só isso, é preciso que o Conselho estabeleça uma boa relação com a Câmara Municipal, principalmente, com a Comissão de Saúde, pois no próximo ano eles terão um orçamento de quatorze milhões para investir em saúde, e reafirmou o importante papel de cada conselheiro enquanto um agente político na contribuição com o SUS, ajudando a buscar recursos, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Agradeceu a todos e passou a palavra ao Secretário Adjunto e a Subsecretária de Planejamento para apresentação da LOA. Joana D'Arc Zanelli, Subsecretaria de Planejamento, fazendo uso da palavra, disse que faria apenas uma breve explanação sobre a LOA, já que o Secretário foi muito feliz nas suas colocações iniciais, descrevendo os principais pontos que serão apresentados. Disse que o orçamento da saúde faz parte de um todo da administração, que há uma política previamente desenhada, que foi planejada pela administração e que cabe a equipe que ela coordena, fazer e trabalho de ordenar de forma didática para apresentar ao conselho e passou a palavra ao Secretário Adjunto, Leonardo Francisco Azevedo, detalhar a LOA 2023. Leonardo cumprimentou a todos e iniciou sua fala reafirmando que esse é um momento de apresentar ao Conselho o último instrumento de Gestão, que é feito todos os anos. Disse que num primeiro momento é feito a discussão do Plano Plurianual (PPA), depois da Programação Anual Saúde (PAS), e da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e por fim, a Lei Orçamentária Anual (LOA). Disse que se na LDO, é apresentado as perspectivas de gastos, na LOA é a confirmação de tudo o que se consegue prever de gastos para o próximo ano. Neste caso, está sendo apresentado todos os recursos vinculados e também os do tesouro municipal, previsto para o financiamento das ações de saúde no município para o ano de dois mil e vinte e três. Afirmou que como o Conselho tem seu caráter deliberativo, todos os anos ele aprecia e vota a Lei Orçamentária Anual. Leonardo disse ainda que já foi feito a discussão na Comissão de Recursos, como prevê o regimento do Conselho, em uma reunião ampliada na última sexta-feira, onde todos os conselheiros foram convidados a participarem, disse que como a Subsecretaria de Planejamento fez o trabalho concomitantemente com toda a administração, não foi possível disponibilizar o material a todos com antecedência, pois foi finalizado hoje no final da tarde, mas que o material está sendo disponibilizado neste momento a todos, justificando inclusive que a Comissão de Recursos optou por não fazer um parecer, já que a versão final está sendo apresentada agora.

Afirmou que após apreciação do Conselho, a LOA segue para a Câmara Municipal. Léo disse ainda que são três as fontes de recursos das ações de saúde, a federal, a estadual e a municipal. As fontes Federais e Estaduais, que são as vinculadas, já vem praticamente direcionada a determinadas ações, a gestão tem pouca possibilidade de alterações, é praticamente receber e pagar. Disse que apresentaria primeiro as fontes vinculadas, detalhadas por subfunção em cada área e, posteriormente, os recursos do tesouro. Lembrando que existe um valor mínimo pré estabelecido constitucionalmente e que o município está gastando muito mais do que o previsto, praticamente o dobro. Foi apresentado uma planilha detalhada com todas as fontes e subfunções. As planilhas encontram-se a disposição no conselho, caso haja interesse. Na sequência, Regina abriu inscrições ao plenário. Foram inscritos os seguintes conselheiros: William de Menezes Cyrillo, Samantha Maria Borchear, Fernando César Farineli, Carlos Roberto de Arruda, Moyses da Silva Honorato, Maria Goretti Simões e Regina Célia de Souza. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro William perguntou se esse quantitativo de Agentes Comunitários de Saúde é só para reposição ou já contempla a ampliação das UBSs que vão passar para estratégia de saúde da família. Sobre as Emendas Parlamentares, ele sugere que seja colocado na LOA, de forma mais clara, para que tenha mais transparência e cita várias situações em relação às anteriores. Cobra também que seja implantado um cartão corporativo para que possa resolver os pequenos problemas das UBSs. Pediu maiores esclarecimentos sobre a enorme diferença de recursos entre a Atenção Primária e a de Alta Complexidade. A Conselheira Samantha fazendo uso da palavra, disse que a secretaria atendeu um pedido seu, que foi de colocar as planilhas de obras, mas pede esclarecimentos de qual UBS será construída no Bairro Manoel Honório, se a da Av. Brasil ou a que estava previsto anteriormente, e se possível o tempo de entrega das obras. Outro pedido de esclarecimento é sobre o monitoramento das ações que foram unificadas, e explicou sua preocupação em relação a isso. Disse que gostaria de ter isso mais transparente. Outra questão, é sobre o DGDE, disse que entende que houve um acréscimo, mas questiona o porquê de não poder colocar já o valor que vai ser gasto, já que se sabe que será muito maior do que o que está previsto. Reafirmou que o recurso do ano anterior foi insuficiente, como ela previu, e justificou os problemas que a ouvidoria enfrenta todos os dias em atender os usuários. Em relação as Emendas Parlamentares, ela disse que concorda com o que o William colocou e acredita que precisa de uma maior interação entre os conselheiros e os parlamentares para que os recursos destinados a saúde sejam definidos pelo conselho, pois, é no conselho que se discute as reais necessidades dos usuários. Em relação a contratação de novos servidores, ela fala também da necessidade de ampliação, uma vez que a maioria das UBSs estão desfalcadas de Rh. Falou ainda da disparidade entre o que se gasta com Atenção Primária e Alta Complexidade, como sempre, valorizando mais a atenção hospitalar. O Conselheiro Fernando Farineli, disse que tem duas questões, uma é que gostaria que ficasse mais claro sobre a contratação de recursos humanos para odontologia, inclusive se vai ter a ampliação das equipes e quantas serão. Outra coisa é sobre o PMAQ, pois, o PMAQ CEO não encerrou ainda, portanto, gostaria de saber se está previsto o pagamento dos atrasados. O conselheiro Arruda disse que gostaria que fosse mais claro sobre a diferença de valores entre a Atenção Primária e as demais e se está contemplado os pacientes que vem das regiões, pois esse é um problema que o município enfrenta há vários anos, que é custear os pacientes de outras cidades e se tem alguma solução para isso. O conselheiro Moyses, disse que gostaria de saber o que está sendo feito para acabar com essa demanda crescente de mandados judiciais. Disse que a cada ano o custo é maior, que todos aqui sabem que isso tem sido utilizado para resolver questões que a secretaria deveria resolver, mas não consegue, pois, isso aumenta muito o custo, portanto, gostaria de saber o que está sendo feito. Goretti

fazendo uso da palavra, solicitou ao Secretário Ivan que olhe com carinho as necessidades do Conselho, disse que só tem um servidor e que as demandas do conselho são enormes, principalmente, com reuniões internas e externas, sendo impossível atender com dignidade aos conselheiros que procuram o conselho diariamente. Disse que reconhece as dificuldades com falta de Rh em todos os setores, mas o controle social é muito importante. Outra coisa que também precisa ficar clara no orçamento, são os custos com a conferência municipal que será realizada em março. Informou que a conferência nacional já está marcada para junho, a estadual deve ser marcada para maio e o município tem até março para realizar a sua. No mais, disse que acompanhou de perto toda discussão juntamente com a comissão de recursos, que houve um grande esforço, principalmente da subsecretaria de planejamento e do Secretário Adjunto, para construir conjuntamente com o conselho esse orçamento, e só tem a parabenizar o Léo, Joana, Ivan e toda equipe pelo trabalho. Regina disse que reafirma o que a Goretti falou, que o conselho já teve seis servidores e hoje só tem um, portanto, é de fundamental importância, ter mais um servidor, e sugeriu que venha alguém para o lugar do Eliezer e que ele seja remanejado para outra função mais elevada. Na sequência, o Secretário Ivan, respondendo ao conselheiro William, disse que em relação ao cartão corporativo, ele vai deixar o Léo responder, mas que é algo complicado do ponto de vista da prestação de contas, muito difícil de implantar. Com relação às Emendas Parlamentares, disse que concorda plenamente com o que ele disse, mas precisa-se inverter a lógica das indicações das emendas, como ele já explicou na sua fala inicial. Sobre aos pacientes vindos de outras cidades, também ele já explicou na sua fala anterior, disse que é sim um problema crônico, de difícil solução, e que onera muito o município, que cada vez mais tem que colocar recursos do tesouro para custear pacientes de outros municípios que tem situações ainda piores que Juiz de Fora. Respondendo ao conselheiro Fernando, disse que serão implantadas oito equipes de saúde bucal na estratégia de saúde da família, que ele em conversa com a prefeita falou da necessidade e ela concordou, portanto, já está no orçamento. Sobre os mandados judiciais, o que o Moysés disse é o sonho, mas na realidade não é possível, disse que o grosso dessas demandas, são de medicamentos oncológicos e explicou como se dá isso e o quanto é difícil resolver. Já as demandas do conselho, ele disse que reconhece as necessidades, sabe o quanto está sobrecarregado, citou que inclusive a ouvidoria também está, e disse que é seu compromisso fortalecer o controle social, e vai tentar resolver. Léo fazendo uso da palavra, disse que o Ivan já respondeu grande parte das perguntas, e sobre o questionamento da Samantha ela vai passar para as servidoras Daliana e Mauricéia responderem, pois são elas quem fazem o acompanhamento dos contratos. Daliana disse que vai responder sobre os contratos relacionados ao tesouro, que é onde ela trabalha. Sobre o DGDE, o porquê está separado, disse que o primeiro valor são atas de registro de preços, a outra parte são os contratos que o município tem para cumprir mandados judiciais. Em relação ao acompanhamento, disse que a forma de acompanhamento é através das atas e dos contratos, que já se tem ciência do que pode ou não comprar, afirmou que a Samantha conhece bem o processo e sabe como funciona. Disse que tanto a ouvidoria, quanto o conselho apresentam para o setor uma planilha e sabe muito bem o que pode ou não adquirir e, portanto, essa é a forma de controle. Disse que o setor sempre respeita as planilhas que os setores encaminham, pois são eles quem planejam no orçamento e decidem o que comprar e pagar. Mauricéia disse que em relação aos contratos como Virtual, Cemig, Amapel e outros, que tanto a ouvidoria, quanto o conselho utilizam, no próprio contrato já traz quais são os setores contemplados. Nas viagens, por exemplo, já é previamente definido quem pode utilizar, há todo o detalhamento de cada setor, o que mudou é o empenho ser único, mas o detalhamento é o mesmo, e todo setor vai receber, tanto para os contratos, quanto para as

atas. Léo fez novos esclarecimentos sobre a importância da unificação para melhorar o funcionamento como um todo. Sobre os agentes de atendimento ao público, disse que está sendo feito um aditivo ao contrato para que todas as unidades tenham o atendimento o dia todo. Sobre as Emendas Parlamentares, disse que as federais e estaduais, já são bem regulamentadas, mas as municipais é uma coisa nova, portanto, a secretaria ainda está estruturando para criar um regimento para elas e deu vários exemplos de como funcionava e o quanto isso dificulta o cumprimento, disse que é a secretaria de governo que está fazendo isso, mas que é para facilitar para todos. Com relação ao cartão corporativo, disse que seria para pequenas coisas, onde não tem contrato, nem ata de registro de preços, mas a prestação de contas é muito complicada. O que está sendo providenciado neste momento é um cartão para a subsecretaria para que ela consiga resolver essas pequenas coisas, e num futuro, talvez resolver dar mais autonomia para as unidades, como já acontece com as escolas. Sobre a UBS do Manuel Honório, disse que tinha uma Emenda da Margarida quando ela era deputada, mas o recurso não era suficiente para a obra toda, então o conselho deliberou por fazer uma unidade no Vitorino Braga, mas o espaço do Manuel Honório seria também um equipamento de saúde, podendo ser um CAPs, etc., mas depois teve uma audiência pública, que o conselho esteve presente, e a secretaria colocou as dificuldades de cumprir por causa do recurso ser inferior ao custo total da obra. Na época, o Deputado Charles Evangelista, apresentou a proposta de enviar o recurso para manter a construção da UBS do Manoel Honório, como ele enviou este ano, e o recurso já está em conta, não pode entrar na LOA, portanto, vai ser construído o que foi pactuado com o conselho, no Vitorino Braga, mas também a do Manuel Honório. Sobre o tempo de entrega das obras, vai depender da secretaria de obras, pois são eles que estão fazendo esse processo, não dá para constar na LOA. Sobre a ampliação da Atenção Básica, estão sendo usadas várias estratégias, como por exemplo, a parceria com a Secretaria de Esportes, utilizando os educadores físicos para atender as demandas das UBSs, recursos do Estado via resoluções que também podem contratar pessoal, pois o grande problema é a falta de financiamento, como já foi muito bem explicado aqui, mas o município tem feito o possível para ampliar o atendimento visando melhor atender o cidadão. A pergunta do Fernando sobre as oito equipes de odontologia na Atenção Básica, o recurso não fica claro por questões internas da forma de descentralização da folha, que vem de forma simplificada na LOA, mas isso já está definido que vai acontecer. Com relação ao PMAQ, foi pago na semana passada todo o atrasado, ficando somente o CEU, mas já está sendo providenciado. Finalizando, sobre as demandas do Conselho, de fato são legítimas, já está sendo providenciado estagiários e a secretaria está empenhada em resolver a situação de servidores. A conferência, com certeza será garantido todos os recursos necessários, até porquê é um compromisso da gestão fortalecer esse espaço de discussão prevista nas conferências. Dando sequência, Regina disse que foram feitas as perguntas e respondidas todas elas, e pergunta se todos estão esclarecidos para votarem o orçamento. Como não houve manifestação, ela colocou em votação e foi aprovado por unanimidade o orçamento de dois mil e vinte e três. Fazendo uso da palavra Ivan agradece ao conselho pela contribuição na construção deste orçamento e disse que a gestão assumi o compromisso de não medir esforços para que tudo seja cumprido e agradeceu a todos pela confiança. Regina pede um pouco de paciência, pois, ainda tem avisos e informe da ouvidoria. Falou que a Conselheira Aparecida de Fátima Gomes pediu por escrito sua substituição na mesa diretora e perguntou quem do seguimento dos prestadores se candidataria ao cargo. Disse que Fátima também saiu de duas comissões, portanto, vai precisar de mais um representante para a comissão de saúde mental e um para a de vigilância em saúde. Para a vaga da mesa diretora foi indicado pelo seguimento dos prestadores, o conselheiro Wellington de Assis Moraes e os demais não

tiveram ninguém com interesse neste momento, ficando para a próxima plenária. Na sequência, Goretti disse que continua precisando de dois representantes do governo para completar as comissões de saúde da População Negra e Saúde Mental, mas também não teve ninguém interessado neste momento. Disse que tem também uma vaga para representar o conselho na comissão de Apoio a Estruturação ou Consolidação da Assistência Farmacêutica (AF) em Plantas Medicinais e Fitoterápicos. O conselheiro Carlos Roberto de Arruda foi indicado e será oficializado pela secretaria executiva. Ainda sobre as comissões, Goretti disse que recebeu no dia vinte uma solicitação da Subsecretaria de Vigilância em Saúde um pedido para inclusão de pauta para tratar de duas resoluções. Disse que foi comunicado a comissão de vigilância em saúde, houve a reunião e eles solicitaram a plenária que incluísse como ponto de pauta na próxima reunião. Goretti disse que mesmo a reunião tendo uma pauta específica, se esse plenário entender que se deve incluir, pode optar por aprovar a sugestão da comissão dado a necessidade de se dar ciência ao conselho. Regina colocou em votação e foi aprovado por todos os presentes. Foi passado a palavra a ouvidora Samantha para os informes da ouvidoria. Ela disse que o mês ainda não terminou a já são mais de oitocentos atendimentos. Agradeceu ao Secretário Ivan por ter repostado a servidora que saiu, mas disse que as demandas só aumentam, por mais que eles tentem utilizar as outras formas de acesso que existem, as pessoas procuram mesmo é o atendimento presencial. Disse que o Ivan visitou a ouvidoria e conheceu de perto as enormes demandas existentes, principalmente, de consultas especializadas. Disse também que está acompanhando as discussões de ampliação dos contratos com as UPAs e também com os hospitais e que ainda não entregou as atas, mas ela participou das reuniões com as UPAs este mês e vai trazer a ata para dar conhecimento ao conselho. Alice parabenizou a todos pela excelente discussão deste plenário. Regina também agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião e eu, Maria Goretti Simões, Secretária Executiva do CMS/JF, lavrei a presente ata, que assino juntamente com a Presidente do CMS/JF e a Segunda Secretária, para que surta os efeitos legais. Juiz de Fora, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois.

Regina Célia de Souza
Presidente-CMS/JF

Maria Alice de Freitas.
Segunda Secretária-CMS/JF

Maria Goretti Simões
Secretária Executiva-CMS/JF